



Município de Rio Grande,
Câmara Municipal de Rio Grande/RS
Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 002/2024
Tipo de julgamento: menor preço por item
Modo de disputa: aberto

Processo nº 451/2024

Edital de pregão eletrônico para registro de preços unitários para o fornecimento de **Material de Higienização e Limpeza.**

O Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande, Vereador Giovani Bastos Moralles, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo o registro de preços unitários para fornecimento de Material de Higienização e Limpeza, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 19710/2023.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada em sessão pública por meio da internet mediante condições de segurança – criptografia e autenticação- em todas as suas fases, através da utilização do aplicativo “Licitações”, do Portal de www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul, sendo os trabalhos conduzidos pelo Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente, com a autoridade competente, que formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

Fazem parte deste edital os seguintes anexos, os quais precisam ser entregues com a documentação de habilitação.

Anexo I – Termo de referência.

Anexo II- Modelo de Proposta Comercial

Anexo III- Modelo de Declaração para Habilitação de ME/ EPP/ MEI...

Anexo IV- Modelo de Declaração para Requisitos de Habilitação

Data da realização: Dia 01/08/2024 - as 14 horas (Catorze horas)

Envio das propostas até às 13:59 minutos, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO: Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para fornecimento dos seguintes produtos, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no **Termo de Referência (Anexo I)**:

1.1. A entrega dos produtos deverá ser feita no(s) seguinte(s) endereço(s): Rua General Vitorino 441, Centro, CEP 96200-310 Cidade de Rio Grande/RS. Em horário de expediente, das 13 horas as 19 horas.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS:

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3. Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.4. Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou a ata de registro de preços e/ou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.6. Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República 18.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 1 (um) ano, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital, salvo comprovada necessidade de reequilíbrio econômico financeiro.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances. OBS.: Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos

dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante existente procedimento de padronização.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos de acordo com o prazo estabelecido no sistema eletrônico do Portal Bannisul.

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o licitante for pessoa jurídica;
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de Rio Grande, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA²³:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 180 dias da data designada para a apresentação do documento;

c) para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

$$\text{GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: } \frac{\text{PL}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

$$\text{GRAU ENDIVIDAMENTO: } \frac{\text{PC} + \text{PNC}}{\text{AT}}$$

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Imobilizado; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; PL = Patrimônio Líquido.

5.3.1. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

5.3.2. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

5.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura²⁶.

5.4. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.4.1. A substituição referida no item 5.4. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.5. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução da ata de registro de preços e/ou contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência da ata de registro de preços e/ou contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato²⁸.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 5 (cinco) por cento, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

8.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada

8.9. O valor da proposta será reajustado pelo índice , IGPM ,com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2. A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 10 (dez) minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 10 (dez) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento (SE HOUVER);

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de propostas, o licitante melhor classificado enviará a documentação de habilitação no prazo estabelecido pelo pregoeiro que colocará no sistema o prazo para a entrega (Todo o procedimento de documentação será feito diretamente no sistema) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas³³.

12.2. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação .

12.3. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.4. O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data

em que declarado vencedor, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 12.1 para o envio da documentação de habilitação.

12.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.7. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento do Poder Público.

12.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preço e/ou contrato ou para retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Comissão de Licitações, a qual enviará por e-mail a ata, aguardando o retorno com assinatura no prazo de 48 (quarenta e oito) horas sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços e/ou contrato ou para retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.6. deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a ata de registro de preços e/ou contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços e/ou contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU CONTRATO

16.1. O termo inicial de vigência será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 1(um) ano, podendo ser prorrogado até a vigência máxima de igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, respeitados os limites dispostos no art. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA ATA:

17.1. As hipóteses de cancelamento da ata estão dispostas no regulamento.

17.2. No caso de cancelamento da ata, em que o fornecedor não tiver tido ingerência sobre a descontinuidade do produto no mercado, não será penalizado, contudo deverá ser feita a reclassificação da ata.

17.3. Se, no decorrer da contratação, o fornecedor apresentar pedido de cancelamento dos preços registrados, deverá apresentar justificativas pela não continuidade do fornecimento, sem prejuízo de aplicação das sanções dispostas no item 13 deste edital.

18. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

18.1. Os preços poderão ser alterados, na forma de reajuste em sentido estrito, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto na ata, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, observado o princípio da anualidade.

18.2. Os preços registrados poderão ser reequilibrados, desde que haja o convencimento do fiscal com base na documentação apresentada pela contratada, sob pena de indeferimento do pedido.

18.3. A resposta aos pedidos de revisão dos custos da ata, deverão ser feitas em até 2 (dois) dias.

18.4. No caso em que a Administração se convencer pelo deferimento da revisão, deverá ser feito de forma concomitante pesquisa de preços de mercado para verificação de que os preços registrados pelas outras empresas na ata, momento em que deverá ser demonstrada a vantajosidade pela Administração, em que conceder os novos valores à contratada.

18.5. No caso de o preço revisado ficar maior que o do segundo colocado, será negada a revisão e reclassificada a ata de registro de preços.

19. FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO RESERVA:

19.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

19.2. será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

19.3. O registro a que se refere o item 19.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

19.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 19.1 antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

20. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO :

20.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

20.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

20.3. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 7 (sete) dias úteis da entrega total do(s) produto(s).

20.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IGPM do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

20.5. A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária 33390302200000000000.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) dar causa à inexecução total da ata de registro de preços e/ou do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a ata de registro de preços e/ou do contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços e/ou do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços e/ou do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 23.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 23.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

23.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ata de registro de preços e/ou contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 23.2 do presente Edital.

23.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.6. A aplicação das sanções previstas no item 23.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.7. Na aplicação da sanção prevista no item 23.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 23.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

23.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

23.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 23.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

24. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

24.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: licitacoes@camarariogrande.rs.gov.br ou cmrg@camarariogrande.rs.gov.br

24.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração www.riogrande.rs.gov.br

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

25.2. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto do presente edital, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

25.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

25.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Grande/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da ata de registro de preços e/ou contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Rio Grande, 15 de julho de 2024.

Vereador Giovani Bastos Moralles
Presidente

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

- A) Toda a comunicação referente aos materiais, entre Câmara e empresas, deverá ser feita obrigatoriamente por e-mail, para registro da Câmara, o que não descarta outros meios de comunicação após o envio do e-mail, sendo que o prazo máximo para a empresa responder tal correspondência eletrônica é 1 (um) dia útil a contar do seu envio. Caso a empresa não responda no prazo descrito a licitante poderá ser desclassificada do certame.
- B) Os materiais deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado do prédio da Câmara Municipal do Rio Grande pela empresa vencedora. Não será aceita a entrega em outra dependência da Casa, uma vez que o fluxo de pessoas é intenso, podendo ocasionar acidentes, salvo por opção da contratante.
- C) Os materiais deverão ser de boa qualidade e ter selo de certificação/registo seja do INMETRO, ANVISA, ABNT e, ou de órgãos referentes.
- D) Os produtos deverão ter validade mínima de 01 (um) ano;
- E) A amostra deverá vir em embalagem original do fabricante;
- F) As especificações dos objetos solicitados deverão ser descritas na embalagem original do produto não sendo aceitas simples etiquetas coladas na embalagem;
- G) As informações devem ser em português brasileiro;
- H) Todas as informações deverão estar presentes em site do fabricante;
- I) O fabricante/fornecedor deverá manter programa de logística reversa, conforme preconiza a Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- J) Todas embalagens entre caixas e frascos deverão ser recicláveis;
- K) O fabricante deverá ter certificação ISO14001 e ISO9001;
- L) Caso algum produto não esteja em concordância com o objeto, a empresa será notificada pelo setor de responsável para substituição, conforme prazo estipulado pela Comissão de Licitação.

- M) A Contratada se compromete a enviar amostragem, às suas expensas, de todos os materiais a serem fornecidos por ela, a fim de verificar se as especificações condizem com o material solicitado e se atendem a necessidade da Casa.
- N) As amostras serão utilizadas como parte da análise;
- O) A contratada não poderá contar a amostra, caso envie fisicamente, como parte de pedido, no entanto, poderá retirar sua amostra dirigindo-se ao Almojarifado da Câmara do Rio Grande em data a ser agendada em um prazo máximo de 30 dias e, após esse prazo a contratante não se responsabilizará mais pela guarda e conservação do material entregue, podendo inclusive doar o material para entidades no âmbito do Município.
- P) A amostra deverá ser fornecida após notificação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do dia do envio da notificação e dependendo do caso a amostragem poderá ser feita por imagem, caso o Setor de Almojarifado/Comissão de Avaliação aprove, e a mesma deverá ser enviada para e-mail do responsável designado pela avaliação das amostras, o Setor de Almojarifado, desde que tal imagem seja nítida e contenha todas as informações necessárias para que a comparação com o descrito no objeto seja feita de maneira satisfatória.
- Q) A partir do envio da primeira amostra, e caso seja aceita, a marca da referida deverá ser respeitada, e só serão aceitos produtos de qualidade iguais ou superiores ao da amostragem, o que será avaliado pela contratante;
- R) Toda a despesa de envio e coleta dos materiais ocorrerá por conta da Contratada;
- S) Após o envio do empenho pela Contratante a Contratada tem o prazo máximo de 15 dias corridos para efetuar a entrega total do pedido constante no mesmo;
- T) Após o recebimento do empenho, por e-mail, além de acusar seu recebimento, a contratada se compromete a informar a contratante a previsão de entrega e os respectivos materiais que serão entregues;
- U) A contratante não se compromete a fazer um pedido mínimo de material;
- V) O pagamento será feito somente após a aceitação do material por parte do (s) responsável (eis) pelo recebimento do material e **NÃO HÁ A CONTRATADA COMO CONFUNDIR RECEBIMENTO COM ACEITAÇÃO;**
- W) O material que não for aceito pela contratante deverá ser retirado no prazo máximo de 15 dias a partir da notificação feita pela contratante, por e-mail, após este prazo a contratante não se responsabilizará pela perfeita guarda e conservação dos materiais.

X) TODA nota fiscal deverá conter as informações do seu procedimento licitatório, empenho a que se refere e dados bancários da Contratada.

Y) O valor a ser pago pela Contratante será exatamente o valor do material aceito e não do material entregue pela Contratada, de acordo com registros do Setor de Almoxarifado.

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista o termo de cooperação entre esta CÂMARA DE VEREADORES e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL a Câmara de Vereadores assume obrigação de detectar, no curso de seus processos licitatórios e de contratação, quaisquer ilícitos realizados em desfavor do patrimônio público, notadamente as seguintes condutas: 1. Frustração ou fraude para afetar o caráter competitivo de procedimento licitatório; 2. Afastamento ou tentativa de afastamento de licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; 3. Fraude, em prejuízo da administração pública, de licitação ou contrato dela decorrente, mediante: a. entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais; b. fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido; c. entrega de uma mercadoria por outra; d. alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido; e. qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato.

Nesse sentido caso haja a detecção de eventos semelhantes a Câmara de Vereadores encaminhará tal demanda ao Ministério Público.

ÍTE M	Material de Limpeza/Descrição	Apresentação	Quantidade	Valor Médio
1	ÁGUA SANITÁRIA. Solução aquosa. Garrafa de 2 litros. Alça anatômica, lacre de segurança. Sem vazamentos. Plástico rígido de difícil ruptura. Cor levemente amarela-esverdeada, odor picante, solúvel em água e não inflamável. A base de hipoclorito, conforme portaria MS nº 89. Cloro ativo, concentração mínima 2,0% p/p e máxima de 2,5% p/p, sem adição de corantes, fragâncias ou quaisquer outras substâncias. Registro ANVISA, MS. Validade 06 meses no recebimento. Todas as informações do produto e fabricante devem constar no rótulo do produto.	frasco de 2 litros	180	R\$ 6,00
2	ÁLCOOL GEL (tipo Allgel, Proervas). Aspecto transparente e viscoso, embalagem plástica de 500 ml com bico dosador de pressão, biodegradável. Higienizador antisséptico, utilizado principalmente para higienização das	frasco de 500 ML	200	R\$ 7,72

	<p>mãos e braços. Contra micro organismos e comprovadamente eficaz contra bactérias Staphylococcus Aureus e Salmonella e Corona Vírus. Produto neutro, com emolientes que hidratam a pele, álcool neutro, bidestilado, isento de contaminante, base de álcoois que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação, com glicerina e vitamina E. Validade 24 meses. Registro ANVISA, MS. Todas as informações do produto e fabricante devem constar na embalagem. SEM TRICLOSAN em sua composição.</p>			
3	<p>BALDE MOP 14 LITROS, com escorredor, bico direcionador e régua de litragem. Balde plástico ideal para uso com mops. Com cavidade no fundo para encaixe da mão. Formato ovalado e alça anatômica. 3 meses de garantia. Tipo Zig Zag, Noviça Bettanin.</p>	UNIDADE	10	R\$ 63,33
4	<p>AROMATIZANTE CONCENTRADO, óleo homogêneo (tipo Kalipto e Coala). Frasco de 140 ml. Com bico dosador e tampa flip top. Indicado para limpar e perfumar superfícies como pisos, azulejos e superfícies laváveis. Indicado também para eliminar germes e bactérias podendo ser utilizado na casa toda. Preparado com mais de 70% de óleo essencial natural. Registro ANVISA e Ministério da Saúde vigentes. Validade mínima de 24 meses. As informações do produto e fabricante deverão constar na embalagem. Os aromas serão escolhidos pelo contratante. Aromas de eucalipto, pinho, citronela, erva-doce, floral, lavanda, talco e algodão.</p>	frasco de 140 ML	240	R\$ 8,65
5	<p>CERA LÍQUIDA (tipo Poliflor Brilho Máximo e Brilha Fácil). Frasco anatômico, 750 ml, incolor. Recomendado em paviflex, cerâmica porosa, ardósia, assoalho com cascola, c/sinteco (verniz base solvente), cimento queimado, mármore. Resina acrílica, resina solúvel ao álcali, cera, coadjuvantes, tenso ativo aniônico e não iônicos, conservantes, corante, fragrância e veículo. Validade 24 meses. Notificação ANVISA, MS. As informações do produto e fabricante deverão constar na embalagem.</p>	frasco de 750 ML	230	R\$ 12,61

6	DESINFETANTE LÍQUIDO, homogêneo, frasco polietileno de 500ml, tampa flip top, rótulo com dados do produto e fabricante (tipo Minuano, Ypê). Indicado para limpeza e higienização de vasos sanitários, ralos, latas de lixo, pisos, azulejos, esmaltados, banheiras e mármores. Composição: tensoativos catiônicos (cloreto de benzalcônio), tensoativos não iônicos, preservante, solvente, sequestrante, conservador de PH, aromatizantes, corantes, essência e veículo. Registro ANVISA, Ministério da Saúde. Validade 24 meses. Todas as informações do produto e fabricante deverão constar no rótulo. (Os aromas serão escolhidos pelo contratante).	frasco de 500 ML	350	R\$ 2,64
7	DETERGENTE, homogêneo, neutro, com glicerina, biodegradável, testado e aprovado por dermatologistas (tipo Limpol). Frasco transparente de 500 ml, com bico dosador. Validade 24 meses. Detergente para lavar louças, talheres e panelas para limpar gorduras, sujeiras de cozinha. Componente ativo / tensoativo aniônico (linear alquilbenzeno sulfonato de sódio), glicerina, coadjuvantes, conservantes, sequestrante, espessantes, corantes e água. Registro ANVISA, Ministério da Saúde. Todas as informações do produto e fabricante deverão constar na embalagem. (PROXIMA LICITAÇÃO PEDIR LIMÃO, MAÇA, CAPIM LIMÃO, CÔCO, OU NEUTRO - A CRITÉRIO DO CONTRATANE)	frasco de 500 ml	150	R\$ 2,78
8	ESCOVA SANITÁRIA, sem suporte para higienização de sanitários. Cerdas sintéticas e resistentes, cabo em plástico. Designe circular.	unidade	20	R\$ 9,28
9	ESPONJA DE LÂ DE AÇO (TIPO Bombril ECO). Pacote com 8 unidades, pesando 60 gramas. Higienica e ecológica, com minério de ferro na sua composição, que se degrada, vira ferrugem e desaparece na natureza, sem deixar resíduos, sem acumular bactérias e sem agredir a natureza. Ambiente: cozinha, banheiro, quarto e sala em superfícies de azulejos, louças, vidros, espelhos, panelas, tecidos e metais. Validade 36 meses. Todas as informações do produto e	pacote	24	R\$ 2,74

	fabricante deverão constar na embalagem.			
10	ESPONJA DUPLA FACE, retangular, lado abrasivo verde e lado esponja amarelo. Dimensões 110 mm x 75 x 20. Indicado para a higienização de talheres, pratos, copos ou qualquer objeto que necessite de limpeza profunda e delicada. Confeccionada com poliuretano e fibra sintética nas cores verde e amarela.	unidade	120 unidades	R\$ 0,95
11	FLANELA LARANJA de 28 x 38cm. Ideal para polimento de moveis, vidros e limpeza em geral, 100% algodão. Com bainha e etiqueta para identificação do fabricante.	unidade	120	R\$ 1,68
12	LIMPADOR MULTIUSO (tipo Veja Gold, Ypê, Pratic). Líquido - Squeeze 500ml, com tampa dosadora tipo flip top. Validade mínima 24 meses. Indicado para limpar azulejos, esmaltados, fórmica, paredes, vidro, inox, cerâmica, espelho, plásticos, acrílicos, metais, ladrilhos, pisos e superfícies laváveis. Sujeiras: fuligem, gorduras de cozinha, óleo, poeira, batom, risco de lápis, molho de tomate, café, caneta hidrocor, giz de cera, barro, caneta permanente, graxa, calda de sorvete, marca de sapato, marca de dedos e gordura corporal. Composto por alquil benzeno sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragrância e água. Aroma original. Registro ANVISA, Ministério da Saúde vigentes. Todas as informações do produto e fabricante devem constar no rótulo do produto.	frasco (squeeze) de 500 ML	240	R\$ 5,16
13	LUVA DE SEGURANÇA MULTIUSO TAMANHO G, confeccionada em borracha natural (látex), revestida internamente com flocos de algodão, antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na face dorsal e punho. Luvas em látex amarela. Boa aderência e forro em algodão, Embalagem: Pacote com 12 pares, cada par embalado individualmente. Reutilizável. Anatômico. Luvas laváveis e reutilizáveis. (tipo Volk). Utilizada em serviços de limpeza, manuseio de produtos químicos, serviços gerais que requerem a proteção das mãos. As informações do produto e fabricante deverão constar na embalagem.	par	20	R\$ 5,05
14	LUVA DE SEGURANÇA MULTIUSO	par	20	R\$ 4,61

	TAMANHO M, confeccionada em borracha natural (látex), revestida internamente com flocos de algodão, antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na face dorsal e punho. Luvas em látex amarela. Boa aderência e forro em algodão, Embalagem: Pacote com 12 pares, cada par embalado individualmente. Reutilizável. Anatômico. Luvas laváveis e reutilizáveis. (tipo Volk). Utilizada em serviços de limpeza, manuseio de produtos químicos, serviços gerais que requerem a proteção das mãos. Todas as informações do produto e fabricante deverão constar na embalagem.			
15	MOP DE ALGODÃO de alta resistência feito com fibras naturais. Material: polipropileno, metal e algodão. Para limpeza de uso geral (refil), com cepa plástica rosquável. (tipo Noviça). Deverão vir embalados individualmente. Dimensões aproximadas: 30 cm x 7,7 cm x 5,8 cm.	unidade	120	R\$ 14,10
16	ODORIZADOR DE AMBIENTE, aerosol, em tubo metálico ou frasco plástico com gatilho. Fragrâncias diversas, tubos de no mínimo 432ml a 500 ml. Fragrâncias variadas com duração prolongada. Sem CFC em sua fórmula. Registro ANVISA, MS vigente. Validade 24 meses. Todas as informações do produto deverão constar na embalagem. (aromas serão escolhidos pelo contratante no ato do pedido). Referência Air Wick, Bom Ar, Air Clean.	tubo/frasco	400	R\$ 9,02
17	PÁ DE LIXO. Em plástico resistente, polipropileno. Manopla anatômica e acabamento em borracha flexível que facilita a limpeza. Formato que permita encaixar a pá na vassoura na hora de guardar. Tipo Noviça Clipá.	unidade	12	R\$ 8,54
18	PANO MULTIUSO tipo PERFEX (YPÊ). Embalagem com 5 unidades. Pano com mini furos para absorção de sujeiras variadas, resistente, com agentes antibacterianos, e alta absorção. Cores azul, rosa e verde. Medidas aproximadas 60 x 33. Em poléster e viscose. Todas informações deverão constar na embalagem.	embalagem com 5 unidades	60	R\$ 4,80
19	PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL	fardo com 8	100 fardos	R\$ 29,16

	de primeira qualidade, macio e suave, 300 metros, diâmetro do tubete 6,5 cm. Folha simples, gofrado sem picote, cor branca, neutro, medindo 10 CM X 300 M - tolerância de 2 (dois) por cento, composto de 100% de fibras de celulose virgem, ph neutro. De acordo com a NORMA ABNT NBR 15464-9. Pacote com 8 rolos. O peso mínimo de cada rolo é de 540 gramas. Todas as informações do produto e fabricante deverão constar na embalagem de forma impressa, incluindo ISO 14.001, sem anotações ou marcações à canetas. CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL COMO SELO FSC OU CERFLOR. Será pesado e medido. O FABRICANTE DA CELULOSE DEVERÁ TER CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS)	rolos	com 8 rolos de 300 m.	
20	SABÃO EM BARRA multiuso glicerinado (tipo Ypê, Minuano) testado dermatologicamente . Pacote de 1 quilo, com 5 barras de 200 gramas. Indicado para a lavagem de roupas em geral e louças. Sabão de ácidos graxos de coco/babaçu, sabão de ácidos graxos de sebo, sabão de ácidos graxos de soja, coadjuvante, glicerina, agente antirredespositante e água. Registro ANVISA, Ministério da Saúde. Validade 24 meses. As informações do produto e fabricante deverão constar na embalagem. Cinco embalagens, totalizando 30 UNIDADES/BARRAS.	barra de 200 gramas	10 pacotes com 5 barras	R\$ 11,68
21	SABÃO EM PÓ (tipo Surf, Ypê, Brilhante), testado dermatologicamente . Sachê de 500 gramas. Validade 24 meses. Produto destinado à lavagem de roupas que retira as sujeiras mais difíceis de sua roupa em uma única lavagem. Registro ANVISA, MS vigente. As informações do produto deverão constar na embalagem.	sachê de 500 gramas	30	R\$ 4,22
22	SABONETE LÍQUIDO GLICERINADO PEROLADO. ERVA DOCE E FLORES/FLORAL. Frasco de 5 litros, formulados com tensoativos que não agredem a derme e hidratam. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE . Cremoso, alta qualidade e rendimento em embalagem com fórmula balanceada, que proporciona maciez e sedosidade a pele. Com pH neutro e registro MS. Validade 24	frasco de 5 litros	40	R\$ 16,86

	meses. As informações do produto e fabricante deverão constar na embalagem.			
23	SACO BRANCO, sacaria 100% algodão. Pano de chão com medida de de 50x70cm, 22 batidas. Com bainha e etiqueta para identificação do fabricante. Para limpeza e retirada de umidade. Que não arranhe superfícies.	unidade	240	R\$ 5,30
24	SACO DE LIXO PRETO 15 LT EMBALAGEM COM 100, reforçado. Composição polietileno e pigmento, cor preta. Para resíduo comum. Registro INMETRO, seguindo ABNT NBR 9191. Informações devem constar no rótulo do fabricante.	embalagem com 100	60 embalagens com 100 uni.	R\$ 8,65
25	SACO DE LIXO PRETO 40 LT EMBALAGEM COM 100, reforçado. Composição polietileno e pigmento, cor preta. Para resíduo comum. Registro INMETRO, seguindo ABNT NBR 9191. Informações devem constar no rótulo do fabricante.	embalagem com 100	60 embalagens com 100 uni.	R\$ 11,54
26	SACO DE LIXO PRETO DE 100 LT EMBALAGEM COM 100, reforçado. Composição polietileno e pigmento, cor preta. Para resíduo comum. Registro INMETRO, seguindo ABNT NBR 9191. Informações devem constar no rótulo do fabricante.	embalagem com 100	60 embalagens com 100 uni.	R\$ 33,95
27	SAPONÁCEO CREMOSO MULTIUSO 450 ML. Tampa flip top. Registro ANVISA. Produto multisuperfícies. Que não risque as superfícies.	embalagem com 450 ML	50 frascos	R\$ 9,29
28	TOALHA DE PAPEL BRANCA INTERCALADA, gofrada, medida mínima 20x19 cm, 1.000 folhas, 2 dobras. 100% celulose . O peso mínimo de cada fardo de 1.000 folhas será de 625 gramas. As informações do produto e fabricante deverão constar na embalagem de forma impressa, SEM ANOTAÇÕES OU MARCAÇÕES À CANETAS. O fabricante deverá ter certificação ISO 14.001. O material deverá possuir CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL COMO FSC OU CERFLOR. O MATERIAL SERÁ PESADO E CONTADO.	fardo com 1000	600 fardos (ou 120 fardos c/5.000)	R\$ 12,20
29	VASSOURA (tipo Betanin), com cerdas de nylon macias, no mínimo 10 cm por cerda, mínimo de 4 fileiras de tufos, duas fileiras externas e duas fileiras internas,	unidade	100	R\$ 11,48

	cada fileira com no mínimo 20 tufos de cerdas. Dimensões da cepa plástica com rosca: mínimo 20 cm de largura e 4 de comprimento. Própria para varrição de pisos e outras superfícies que contenham pó, areia, resíduos em geral. Tipo Noviça Betanin.			
--	---	--	--	--



ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS - (MODELO)

À (Câmara Municipal do Rio Grande)

Prezados Senhores,

Apresentamos a V^a. S^a., nossa proposta financeira para **registrar preços de _____**, pelos preços orçados conforme segue abaixo, nos termos do Edital e seus Anexos, referente ao **Pregão Eletrônico n° ____/2024 – Sistema de Registro de Preço.**

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação, até assinatura da Ata de Compromisso onde o prazo é de 12 meses.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel./ Fax: _____

CEP: _____ **Bairro:** _____

Cidade: _____ **UF:** _____

Banco: _____ **Agência:** _____ **C/C:** _____

E-mail para Contato: _____

Dados do Representante Legal para assinatura da Ata de Compromisso:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ **Cidade:** _____ **UF:** _____

CPF/MF: _____ **Cargo/Função:** _____

RG nº: _____ **Expedido por:** _____

Naturalidade: _____ **Nacionalidade:** _____

E-mail para envio do contrato: _____

Item	Quant.	Unidade	Marca	Código	Descrição do Objeto	R\$ Unit.	R\$ Total
01		Unidade				R\$	R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____

DATA DA PROPOSTA: xx/xx/2024, às 00:00 horas.

(Município), (Estado), ____ de xxxx de 2024.

Representante Legal



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, CONFORME LEI 14133/2021 . (ME/ EPP/ MEI ...)

Através do presente declaramos que a empresa.....CNPJ.....

1º Cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2º Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou empresa de pequeno porte ainda não celebrou a ata de registro de preços e/ ou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.(Art.4º parágrafo 2º)

....., de.....de 2024.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador/preposto/credenciado



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, CONFORME LEI 14133/2021 .

Através do presente declaramos que a empresa.....CNPJ.....

1º – Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (Art.67,VI)

2º – Cumpre as exigência de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art.63, IV)

3º - Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos sereiros trabalhistas assegurados na Constituição Federal , nas leis trabalhistas , nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art.63, parágrafo 1º)

4º – Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição da República. (Art.68, VI).

XXXIII-proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

.....,de....., de 2024.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador/preposto/credenciado